

## GRUPO I

### PRIMEIRA PARTE

#### Dissertação

Disserte sobre a dimensão política do direito à verdade, abordando, obrigatoriamente, seu conceito, natureza, fundamento constitucional e interamericano, limites, papel do Ministério Público para sua efetivação e articulação com os crimes contra a humanidade praticados pelos regimes de exceção, especialmente na América Latina e Brasil. **(máximo de 40 linhas).**

### SEGUNDA PARTE

#### Questões

1. Formule, pelo menos, três fundamentos constitucionais, incluindo necessariamente argumentos sobre os direitos sexuais e reprodutivos, favoráveis ou contrários à recepção do artigo 124 do Código Penal (Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque: Pena - detenção, de um a três anos) pela Constituição de 1988. **(máximo de 15 linhas).**
2. As sentenças intermediárias de constitucionalidade violam o princípio da supremacia da Constituição? Justifique. **(máximo de 15 linhas).**
3. Em um Município com dezoito mil habitantes, vive uma importante comunidade indígena há muito tempo. A área de ocupação indígena foi indevidamente reduzida ao longo do tempo e é insuficiente. Existe a pretensão de instalar alguns empreendimentos nas redondezas.

## GRUPO I

a) É necessário plano diretor para esse Município? E estudo prévio de impacto de vizinhança para esses empreendimentos?

b) Pode o Município desapropriar área próxima, que nunca foi ocupada pela comunidade indígena, para destiná-la aos índios?

**(A resposta deve ser fundamentada e não ultrapassar vinte linhas. A ultrapassagem implica a desconsideração integral da resposta).**

4. Como a teoria da reserva do possível pode ser utilizada como argumento pelo administrador público e como deve ser ela apreciada pelo Judiciário?

**(A resposta deve ser fundamentada e não ultrapassar vinte linhas. A ultrapassagem implica a desconsideração integral da resposta).**

5. Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE): Regime Jurídico. Sujeição passiva (contribuinte). Finalidade.

**(máximo de 25 linhas).**

6. Sistema Constitucional Financeiro. Princípios em relação ao orçamento: exclusividade em matéria orçamentária; proibição de estorno; especialização.

Dívidas mobiliária e consolidada.

**(máximo de 20 linhas).**

## GRUPO II

### PRIMEIRA PARTE

#### Dissertação

Dano moral. 1. Defina o dano moral, distinguindo-o do dano patrimonial. 2. Enumere 3 objeções à reparação de dano moral, refutando-as, separadamente. 3. Examine a natureza jurídica da reparação do dano e as suas formas. 4. Dê a noção denexo causal. 5. Enumere suas excludentes.

**O texto da dissertação deverá conter, no máximo, 60 linhas. O que estiver escrito a partir da 61ª linha não será objeto de avaliação.**

### SEGUNDA PARTE

#### Questões

1. Autorizações de práticas concorrenciais restritivas. Conceito. Competência para sua concessão. Fundamentos legal e constitucional. Compromisso de desempenho. **(máximo de 25 linhas).**

2. Contratos de adesão. Caracterização. Interpretação. Cláusulas que implicam limitação de direito do consumidor: disciplina. Cláusula resolutória. **(máximo 20 linhas).**

3. Limitações à propriedade em virtude de interesse social. Fundamentos. Limitações constitucionais. **(Responder em até 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado).**

4. Celebração do ato nupcial. Modalidades: enumerar, definindo sucintamente. Distinguir casamento *in extremis vitae momentis* de casamento em caso de moléstia grave.

**(Responder em até 20 linhas. O que ultrapassar não será considerado).**

## GRUPO II

5. Esclareça no que consiste a correlação entre a tutela jurisdicional e a demanda, bem como indique e explicita, fundamentadamente, as atenuações à norma que impõe a referida correlação.

**(Responder, fundamentadamente, no máximo, em 15 linhas. O que estiver escrito a partir da 16ª linha não será objeto de avaliação).**

6. Exponha, fundamentadamente, sobre o seguinte tema: efeitos da litispendência em relação a terceiros.

**(Responder, no máximo, em 15 linhas. O que estiver escrito a partir da 16ª linha não será objeto de avaliação).**

## GRUPO III

### PRIMEIRA PARTE

#### Dissertação

Análise técnico-jurídica e crítica do art. 33 da Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006, bem como do procedimento penal relativo aos processos por crimes definidos nesse artigo.

### SEGUNDA PARTE

#### Questões

1. Correlacione (se for o caso) e faça a distinção entre as seguintes figuras do direito material eleitoral: *abuso de poder econômico, abuso de poder político, captação ilícita de sufrágio, condutas vedadas aos agentes políticos em campanha e vedação de doações por candidato.*

2. Todas as decisões da Justiça eleitoral (em sede jurisdicional) são aplicadas imediatamente, sem que haja recurso com efeito suspensivo? Analise e justifique.

3. Defina condição objetiva de punibilidade e sua natureza jurídica. Comente a discussão sobre a sua incidência no art. 1º da Lei n. 8.137/90.

**(máximo de 20 linhas).**

4. Comente sobre os limites da apreciação dos antecedentes e da personalidade do réu na individualização judicial da pena.

**(máximo de 20 linhas).**

### GRUPO III

5. O juiz ou o delegado podem indeferir o acesso de advogado de investigado aos autos do inquérito sob o fundamento de que existem diligências sigilosas em andamento (por ex. escuta telefônica)?

**(máximo de 20 linhas).**

6. Na jurisprudência do STJ (por ex. HC 78.349-MT, rel. Min. Felix Fischer, 18.6.2007), tem-se entendido que o prazo para encerramento da instrução com réu preso não é rígido, estando sujeito, o exame de seu excesso, ao juízo de “razoabilidade”. O que se entende por “razoabilidade” e quais os critérios que a norteiam?

**(máximo de 20 linhas).**